

Desenvolvimento Territorial e Turismo Rural:

As relações possíveis

Silvana Kloster¹

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha²

RESUMO

Este artigo debate a formação territorial rural e as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, abordando desde a dualidade do sistema agrário até as novas concepções de desenvolvimento local com projetos que envolvem atividades não agrícolas, como o turismo rural. Faz-se uma discussão a respeito da territorialização do turismo, que é um agente capaz de modificar o território utilizando elementos endógenos, podendo causar diferentes impactos e/ou riscos para os territórios agrícolas. A minimização dos impactos negativos é o grande desafio estudado por diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Turismo rural. Riscos.

TERRITORIAL DEVELOPMENT AND COTTAGE: As Possible Relationship

ABSTRACT

The article discusses the formation of rural land and the changes occurring in rural Brazil from addressing the duality of the agrarian system to the new conceptions of local development projects involving non-agricultural activities such as rural tourism. It is a discussion of territorial tourism, which is an agent capable of modifying the territory using endogenous elements, may cause different impacts and / or risks to agricultural territories. The minimization of the negative impacts is the great challenge studied by different areas of knowledge.

Keywords: Land development. Rural tourism. Risks.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná. Mestre em Gestão do Território pela UEPG. Doutoranda em Geografia pela UEPG. silkloster@hotmail.com

² Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em História Econômica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor-adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, atuando no curso de Graduação em Geografia, nos Mestrados e Doutorados em Geografia e Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. llagc2@yahoo.com.br

O texto corresponde a um ensaio teórico que tem por objetivo discutir a territorialização do turismo e o turismo rural buscando integrar a reflexão com as possibilidades de teorização centrada nos conceitos de lugar, de território turístico e de sociedade de risco da sociologia giddensiana. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica centrando-se na contribuição de autores oriundos de diversas tradições disciplinares e teóricas. Com isso, pretende-se contribuir com os debates e controvérsias que buscam relacionar o turismo e o desenvolvimento local e, mais especificamente, o turismo rural e a agricultura familiar. Nas duas últimas décadas, o turismo rural tem sido visto como uma opção para os agricultores familiares em projetos e políticas públicas centradas na perspectiva do desenvolvimento territorial rural. Compreender melhor as possibilidades efetivas destas relações, porquanto, é essencial para melhorar as políticas públicas que fundamentam projetos de desenvolvimento rural e regional.

O texto está dividido em quatro partes: a primeira discute a dualidade do mundo rural no Brasil, com a presença marcante da agricultura empresarial e também da agricultura familiar. A segunda parte aborda a territorialização do turismo discutindo o conceito de lugar proposto por Massey (2008), buscando entender o turismo pela perspectiva do sujeito, como possuindo uma estreita relação com a experiência, a vivência e o estar juntos, mas também a busca pela experiência e a vivência dos outros, num processo no qual o respeito à alteridade é fundamental. A construção dos territórios turísticos não acontece sem conflitos de interesses entre os atores e sujeitos que se envolvem no processo, os quais se integram a estes embates a partir de diferentes projetos de territorialização, como discute Candiotta (2010). A terceira parte procura contextualizar a difusão dos projetos de turismo rural no Brasil, buscando comparações com a experiência de outros países e destacando alguns projetos no Brasil. Por último, analisam-se os riscos que envolvem a formação dos territórios, recorrendo-se à formulação de Giddens (1991), que relaciona o capitalismo contemporâneo ao conceito de sociedade de risco. Buscou-se, então, destacar que a sociedade de risco é dominada pelos conhecimentos

de peritos nos diversos segmentos da nossa vida, e que, no caso dos projetos de turismo rural, os sujeitos mais sensíveis aos processos de territorialização do turismo são os agricultores familiares, os quais se envolvem em projetos com sentimentos de incerteza, pois enxergam antes de tudo os riscos, que, para os homens do campo, são mais presentes do que para os peritos que buscam convencê-los do contrário.

Assim, há uma consciência quase intuitiva de que o turismo é capaz de modificar o território de vida destes sujeitos. Torna-se fundamental, portanto, refletir sobre os rumos que os projetos turísticos podem imprimir aos territórios, para que os sujeitos envolvidos procurem entender melhor os riscos pertinentes, mas também as potencialidades que promovem transformações que levem à melhoria do nível de vida das famílias, preservando-se seus modos de vida e valorizando as identidades por eles cultivadas.

Desenvolvimento Territorial Rural: dualidade brasileira

Nos anos de 1950, os intelectuais e técnicos que participavam do debate feudal-capitalista defendiam que os métodos de produção agropecuária no Brasil eram relacionados ao atraso e subdesenvolvimento. Por outro lado, defendiam que as cidades correspondiam aos espaços da modernidade, nas quais se fortalecia a produção industrial e se estruturava uma economia dinâmica e apta a formar um amplo mercado consumidor. Dessa forma, o Brasil organizava-se a partir de um dualismo estrutural opondo o campo às cidades, o rural ao urbano, o agrícola ao industrial e, destarte, o desenvolvimento ao subdesenvolvimento. O dualismo estrutural, portanto, inspira as principais correntes de pensamento econômico e político que se envolveram nos debates e controvérsias que buscaram explicar o subdesenvolvimento brasileiro (Cunha; Hornes, 2010).

Esta posição é superada pela tese da geração universitária que irá retomar a discussão em torno da tese dualista, para defender que “a nossa dinâmica capitalista, assim como boa parte dos países subdesenvolvidos, apresenta um processo de refuncionalização, no qual as relações pré-capitalistas existentes no espaço rural servem às necessidades do capital” (Cunha; Hornes, 2010). Esta tese foi liderada por José de Souza Martins, o qual defendeu que “não haveria qualquer posição insuperável entre as velhas estruturas agrárias vigentes no país e o moderno capitalismo industrial das grandes cidades como Rio e São Paulo” (Linhares; Silva, 1999, p. 142). Não haveria razão, porquanto, para relacionar o nosso subdesenvolvimento apenas ao campo, porque, ainda sobre o posicionamento de Martins, “o novo – quer dizer o capital – no seu afã pelo maior lucro possível criaria e recriaria velhas relações de trabalho – parceria, meação e no limite o trabalho escravo – conforme suas próprias necessidades de expansão” (Linhares; Silva, 1999, p. 142).

Durante as décadas de 60 e 70, por meio da política de modernização agrícola instituída sob a liderança do governo federal, ocorre, no território nacional, a chamada “revolução verde”, entendida como a inserção e disseminação de novas sementes melhoradas (híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e mecanização das práticas agrícolas (plantio, irrigação e colheita) visando o aumento da produtividade e dos lucros sobre as culturas voltadas para a exportação (Santos, 2006).

Com o controle internacional do mercado de produção agrícola, o sistema global passa a exigir maior produção para suprir suas necessidades em menor tempo, ordenando novas técnicas de produção. O desenvolvimento de técnicas e suas consequências vêm diminuindo as distâncias e o tempo de produção, refazendo constantemente o espaço-tempo e criando novas lógicas proporcionais a esse mecanismo (Camargo, 2005).

Neste modelo, a propriedade regular da terra é fundamental para o produtor ter acesso aos financiamentos voltados à produção em larga escala e altamente capitalizada, o que gera uma diferenciação no espaço rural:

de um lado, a agricultura empresarial ou patronal; do outro, a agricultura familiar, muito embora “a produção familiar é categoria elástica que vai da agricultura de subsistência à monocultura altamente tecnificada” (Wilkinson, 1997, p. 30).

O país foi receptáculo de um conjunto de políticas agrícolas que estimulou a concentração da terra e a marginalização econômica e social da agricultura familiar, a oligopolização da produção, o desemprego rural crescente, a dependência do país aos produtos agrícolas importados, a preferência para a produção de produtos de exportação como grãos e carne bovina e a compra de terras pelo capital estrangeiro. Dessa forma, houve um aumento dos conflitos no meio rural e uma maior pressão social dos movimentos organizados para que a reforma agrária acontecesse principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). A forma de centralizar as estratégias para o desenvolvimento do agronegócio passa por questionamentos sobre a sua eficiência não só no Brasil, mas em toda a América Latina, que inclui o esvaziamento da população nas zonas rurais, exigência no aumento da produção para maior obtenção de lucros, além da pressão ambiental.

A aposta explícita no agronegócio para garantir aumentos no PIB, saldos comerciais positivos e inserção internacional se alia ao momento de ressaca neoliberal, marcada pela inércia da pobreza e da desigualdade na região, distanciando a possibilidade da satisfação universal das necessidades sociais e até desacelerando o crescimento econômico. Trata-se de um momento marcado pela fragilidade e pela possibilidade de instabilidade social (Gomez; Fávoro, 2012, p. 50).

Tais riscos fundamentam a defesa de uma estratégia de desenvolvimento rural capaz de diversificar as economias locais, sobretudo a agropecuária, dando maior importância à agricultura familiar (Norder, 2009).

Nesse período (1990) surgiram pesquisas sociais no meio rural que colocaram no centro das discussões maior atenção à agricultura familiar e a necessidade de reforma agrária (Schneider, 2009). Essas pesquisas apontaram como característica a pluriatividade, que, dentro da agricultura familiar, refere-se:

[...] a situações sociais em que indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (Schneider, 2009, p. 22).

Os estudos nos anos de 1990 foram impulsionados pelo convênio FAO/Inra e tiveram como característica os esforços de justificar as áreas da reforma agrária e valorizar a produção familiar (Wilkinson, 1997). De acordo com o autor:

Em colaboração com outros estudiosos houve um esforço de revalorização conceitual e empírica da produção familiar. Retomando as distinções, estabelecidas no início dos anos 80 pela corrente agroindustrial, entre a pequena produção tradicional e o produtor tecnificado, estes novos estudos difundiram a categoria de produtor familiar, em ruptura com noções do campesinato, como o esteio da agricultura moderna nos países industrializados e mesmo da sua dinâmica macroeconômica. A produção familiar agora torna-se a âncora de um modelo econômico, ao mesmo tempo, mais equitativo (na distribuição de renda) e mais eficiente (no abastecimento alimentar mais barato) (p. 22).

A reforma agrária visaria, principalmente, a categoria de agricultores familiares, mas apenas, segundo Wilkinson (1997), os chamados intermediários, de produção familiar caracterizada pela policultura, em lotes de 5-50 hectares que misturam atividades de subsistência, produção comercial e agroindustrial. Esse fato aproximaria o Brasil aos modelos agrícolas dos países

desenvolvidos. Tal tendência gerou, naturalmente, polêmicas, pela menor atenção dada pelas políticas públicas aos agricultores chamados periféricos, os quais correspondem às camadas mais pobres no campo.

Os estudos dos anos de 1990, no entanto, deram maior atenção à valorização de atividades de subsistência, subestimando a inserção comercial. Sobre isso, Wilkinson defende:

Assim, níveis aparentes de bem estar dos assentados podem mascarar uma fragilidade fatal por não demonstrar formas dinâmicas de integração ao mercado. A abertura para a corrente de sistemas agrários permitiu pensar em forma mais sistêmica as atividades agrícolas, otimizando o uso da mão-de-obra e da terra, mas não avançou a teorização da relação entre a produção agrícola e a transformação dos circuitos de comercialização e dos mercados alimentares e não-alimentares. (1997, p. 22).

Forçado pelos movimentos sociais, o governo FHC cria, em 1999, por medida provisória, o Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, o qual, em 2000, por meio do Decreto nº 3.338, transforma-se em Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

O programa de assentamentos do Governo FHC restringiu-se a uma política compensatória, sem ter por objetivo alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura e as mudanças estruturais que proporcionassem condições para obter um processo de democratização da terra e da renda no campo (Loureiro, 2013).

Dessa forma, novas concepções sobre alternativas de renda para o desenvolvimento econômico do pequeno produtor passam a ser discutidas, tais como os programas do poder público que incentivam a agricultura familiar³

³ Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – vetado.

IV – dirija seu empreendimento com sua família.

(Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>.

servindo como uma ferramenta para impulsão do crescimento econômico do pequeno agricultor, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo governo FHC em 1996. O Pronaf busca apoiar atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, diversificando a economia local. O obstáculo, no entanto, encontra-se nas garantias exigidas pelo banco gerenciador do programa para com os trabalhadores rurais. Exigem-se garantias, como renda e bens materiais, mas muitos dos trabalhadores são desprovidos de tal garantia.

O Pronaf correspondeu ao principal programa de incentivo à agricultura familiar porque ajudou a resolver uma das necessidades fundamentais dos agricultores que era o acesso a linhas de crédito. Foram propostas, no entanto, outras políticas de incentivos não diretamente creditícias, mas voltadas a outras demandas, como assistência técnica qualificação, comercialização, entre outras. Boa parte das políticas públicas passou a ser administradas pelo MDA.

Por meio das políticas do MDA passa-se a fomentar a diversificação da economia local, inclusive atividades não agrícolas no meio rural, particularmente nos estabelecimentos familiares. As atividades puramente agrícolas mostram-se insuficientes para garantir uma boa renda familiar aos pequenos agricultores. O incentivo às atividades não agrícolas, portanto, tornaram-se itens importantes em políticas públicas voltadas ao espaço rural. Os estabelecimentos familiares são capazes de se constituírem como uma pequena empresa fortemente empreendedora, ligada a atividades comerciais, artesanais ou agroindustriais. Dessa maneira, diversificam-se as economias locais (Veiga, 2002).

As políticas públicas do MDA são diversificadas, mas uma boa parte delas fundamenta-se na concepção de desenvolvimento territorial, inclusive uma das secretarias do MDA é Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que coordena os programas e projetos baseados nesta concepção. Entre eles destacam-se os programas que resultam na organização dos territórios rurais e dos territórios de cidadania. A concepção de desenvolvimento territorial propõe que os projetos de desenvolvimento territorial, para se-

rem concretizados, devem conter a participação de atores locais públicos e privados com estratégias flexíveis, partindo de um diagnóstico da realidade local, abrindo espaço para a discussão com a comunidade com o objetivo de construir uma visão comum para o êxito do desenvolvimento em todos os setores: social, cultural, natural ou econômico.

A concepção de desenvolvimento territorial procura valorizar as potencialidades locais e regionais e observar as variáveis endógenas que podem explicar as dinâmicas de desenvolvimento diversificadas, concretizadas em trajetórias particulares destes locais e regiões. Assim, o desenvolvimento local e regional “pode estar relacionado a projetos endógenos ao lugar” (Blos, 2000, p. 200). Valorizar o endógeno significa ressaltar nos projetos os recursos existentes dentro do próprio território, como a identidade, a cultura local, os produtos, o modo de produção e a própria paisagem. De acordo com Campanhola e Silva (2000):

Um dos pontos importantes a considerar na perspectiva do desenvolvimento local refere-se ao aproveitamento das especificidades de cada localidade ou território e ao pleno aproveitamento das suas potencialidades e oportunidades (p. 151).

Os projetos de desenvolvimento territorial necessitam de análise e interpretação das territorialidades e temporalidades na tentativa de amenizar os processos de subordinação e de exploração, além da concentração de riquezas, centralização de poder e a degradação ambiental. Podem-se definir as territorialidades dentro do espaço, como as relações sociais, crenças, comportamentos, valores, costumes, etc., que devem ser levados em consideração na elaboração dos projetos (Saquet, 2011, p. 92).

Além de atividades diversificadas, o desenvolvimento territorial contemporâneo conta com arranjos descentralizados formados pelos sistemas de cooperação entre diferentes atores econômicos, órgãos públicos

e privados, integrados em redes e não mais de forma hierarquizada. Esses atores ampliam suas relações sociais possibilitando-lhes novas perspectivas (Beduschi Filho; Abramovay, 2004).

O desenvolvimento territorial exige a abordagem de três temas centrais diretamente ligados entre si, que são: a recomposição dos territórios, os sistemas produtivos locais e o meio ambiente. Nesse sentido, é necessária a adaptação e recomposição das hierarquias territorializadas superando as antigas estruturas de poder local, dando lugar à articulação e às formas de gestão ou “governança” das aglomerações e das microrregiões (Veiga, 2002).

É um sistema de cooperação que articula os municípios pertencentes a uma microrregião que, por meio de pactos, associações e consórcios, organizam-se para formular e adotar um plano de desenvolvimento local dando real importância aos outros dois fatores decisivos: “o sistemas produtivo local e o trunfo ambiental” (Veiga, 2002, p. 39).

Beduschi Filho e Abramovay (2004) também defendem a descentralização do poder ao afirmarem que:

O destino dos territórios deixa de se concentrar numa autoridade ou numa agência central encarregada de distribuir recursos e passa a depender da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre atores locais é capaz de criar. A estrutura piramidal é substituída por uma abordagem policêntrica, dotada de múltiplas instâncias de decisão (p. 44).

A interação regional é instrumento importante de aprendizagem, levando-se em consideração que os atores locais envolvidos no desenvolvimento estão atentos à realidade local, vivem no espaço e conhecem suas reais necessidades, e têm a oportunidade de aprender com as experiências dos outros. “O desenvolvimento rural deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local, conhecedores plenamente da realidade local e decididos em alcançar objetivos comuns” (Macsharry, 1992 apud Blos, 2000, p. 200).

Por meio da interação e do incentivo a atividades diversificadas, surge a possibilidade de inovação com projetos de natureza estratégica, despertando os potenciais locais que podem vir a gerar riquezas, uma vez que, com a utilização dos recursos locais, surge a possibilidade da criação de novas atividades econômicas não agrícolas como o turismo, em especial o turismo rural, que busca a valorização das identidades locais. Assim sendo, “o turismo rural tem um papel fundamental na gestão do território, em virtude de sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial endógeno de um determinado local” (Cals; Capellà; Vaquè, 1993 apud Silva et. al., 2000, p. 17).

Territorialização do Turismo

A busca por espaços naturais, aliada ao interesse por produtos rurais, tem despertado a curiosidade não apenas dos turistas, mas também de pesquisadores, intelectuais e planejadores, que integram o turismo como ação nos programas de desenvolvimento territorial.

A abordagem que dirige os argumentos deste texto, encontra no conceito de lugar de Massey (2008) um dos seus balizadores teórico-conceituais. A forma de ver o lugar, de acordo com Massey (2008), não só por meio da superfície de mapas, mas, antes de tudo, considerando as especificidades dos lugares como coleções de histórias e interseções dentro de um cenário, é uma das inspirações que se considera fundamental. Dessa forma, “viajar entre lugares é mover-se entre coleções de trajetórias e reinserir-se naquelas com as quais nos relacionamos” (Massey, 2008, p. 192).

Os lugares são integrações de espaço e tempo, como eventualidades espaço-temporais (Massey, 2008). Todos os elementos que compõem o lugar, sejam as atividades e as relações humanas ou o ambiente natural, se movem de forma contínua; nada é fixo, nem mesmo a natureza que se modifica num tempo mais lento. Não há pontos fixos, pois “todas as essências tornam-se eventualidades”, o lugar como “real como a natureza, narrado como o discurso, coletivo como a Sociedade, existencial como o Ser” (Latour, 1009,

p. 82, 90 apud Massey, 2008, p. 201). A pertinência que é possível entre o posicionamento da autora e as atividades humanas que são reunidas e definidas como atividades turísticas, fica evidente quando Massey afirma:

[...] mas o que é especial a respeito do lugar não é algum romantismo de uma identidade coletiva preconcebida ou de uma eternidade das montanhas. Ao contrário, o que é especial sobre o lugar e, precisamente, esse acabar juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora (ele mesmo extraído de uma história e de uma geografia de “entãos” e “lás”), e a negociação que deve acontecer entre ambos, o humano e o não-humano. Isto de modo algum nega um sentido de deslumbramento: o que pode ser mais inspirador do que andar pelas montanhas conhecendo a história e a geografia que as fizeram estar aqui, hoje? (2008, p. 203).

Os estudos de Doreen Massey (2008) não foram direcionados para o campo do turismo, mas podemos tirar grandes contribuições em sua obra.

Essa percepção de lugares como espaços passíveis de serem aproveitados pelos projetos turísticos é bem-abordada por Almeida, ao defender que:

O turismo concebe o ambiente turístico como uma combinação entre o natural e o cultural. [...] a cultura contém no seu bojo a compreensão e a leitura da natureza e participa da invenção do objeto turístico. Este, assim como o valor cultural, não é imanente, bem como aquilo a que chamamos bens culturais, e não tem em si sua própria identidade. São os grupos sociais que lhe atribui um significado, que lhes impõem uma identidade e que nos revelam tais significados a partir de suas representações. [...] Constitui uma invenção pelo e para o turismo. Assim também os espaços, os lugares e os territórios turísticos. Planejados e construídos pelos empreendimentos turísticos ou mesmo decretados e institucionalizados, eles consistem no estabelecimento de nova estrutura socioespacial, cujo eixo de compreensão emerge não da leitura do turismo em si, mas das relações da sociedade com os lugares mais ainda, dos homens entre si e de suas representações (Almeida, 2010, p. 38-39).

Dessa forma, podemos entender que o turismo possui uma estreita relação com a experiência e a vivência, o estar juntos. Essa é a eventualidade do lugar, que exige negociação nos moldes já expostos por Massey (2008). Lugares turísticos, de certo modo, precisam de “invenção” por ser um produto, um espaço de consumo, e envolver a vida cotidiana e as relações entre pessoas que habitam os territórios turísticos e o espaço, que acabam sendo o espaço de consumo de outros.

Outro conceito que inspira a discussão é o de território, que é bastante influente num bom número de autores que relacionam geografia e turismo. Candiotto (2010) trabalha a partir desta abordagem, quando destaca que a relação entre a sociedade e os lugares é o território, que leva em consideração as relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições públicas e empresas privadas que, por sua vez, apresentam-se como atores principais no processo de transformação do espaço. O turismo, portanto, pode utilizar-se das territorialidades já existentes dentro do espaço, como as relações sociais, crenças, comportamentos, valores, costumes, etc., que devem ser levados em consideração na elaboração dos projetos turísticos.

Esta linha de abordagem que recupera o conceito de turismo, inclusive com seu viés dominante na Geografia relacionado à questão do poder e da política, abre uma perspectiva mais crítica ao relacionar Geografia e turismo. Essa perspectiva é bem-explorada por Candiotto (2010), ao defender que a territorialização turística é uma das fases da territorialização do capital, sendo impulsionada pela fase pós-fordista do capitalismo, marcada pela acumulação flexível, em que a natureza e a cultura são cada vez mais transformadas em mercadoria.

Para Candiotto:

O processo de territorialização turística leva à formação de territórios turísticos e, por sua vez, a mudanças nas territorialidades de indivíduos e grupos sociais (sobretudo locais) bem como de empresas locais e extra-locais. Portanto, apreender os diversos territórios, territorializações e

territorialidades decorrentes do desenvolvimento do turismo implica necessariamente a consideração da coexistência entre verticalidades (ações de abrangência global) e horizontalidades (ações desencadeadas por agentes endógenos no espaço banal) que se manifestam nos lugares, conforme aponta Milton Santos (1996) (2010, p. 97).

Para Knafou (1999), antes de falar das relações entre turismo e território é necessário evocar as três fontes consideradas pelo autor como fundamentais para a criação da atividade turística, servindo como base para uma abordagem científica do turismo. Nelas, verifica-se a presença de três atores na “turistificação” dos lugares e dos espaços. São eles: primeiro, os turistas, os quais estão na origem do turismo, pois é na prática, na ocupação do espaço pelos turistas, que surgem novos lugares sem a ligação imediata com o mercado; segundo, o mercado é a segunda fonte de criação de lugares turísticos e não mais as práticas turísticas em si, mas Knafou alerta que “o principal perigo ao qual os operadores do mercado turístico devem fazer face é o de ignorar, de subestimar ou de analisar tarde demais a evolução, mesmo das modificações nas práticas turísticas”; (Knafou, 1999, p. 70); terceiro, são os planejadores e promotores territoriais que, muitas vezes, esquecem que os territórios turísticos são desiguais, descontínuos, sendo o principal perigo a ignorância do mercado e das práticas dos turistas (Knafou, 1999).

O turismo, como transformador do espaço, pode ser sub ou supervalorizado exigindo o desafio da negociação e da multiplicidade, porque aproveita equipamentos cuja posse não lhe compete (hospedagem, transporte, alimentação, etc.), mão de obra itinerante, muito trabalho oculto e opacidade fiscal, sendo os próprios turistas de difícil contabilização por estarem em movimento (Knafou, 1999).

O tema do turismo é um tópico interessante para ser focalizado a partir da perspectiva de sua territorialização, começando pelo questionamento da razão pela qual as comunidades evoluem entre a posição de indecisão, de apoio ou de incompatibilidade ao turismo.

A adesão está sempre em função da sua verdadeira inclusão no processo ao vislumbrar reais e possíveis vantagens. A coerência e o conteúdo das representações sociais que são fundamentalmente dinâmicas envolvem comunicação, discussão e interação social. Nas destinações turísticas há de se descobrir que construções culturais e simbólicas se exercem sobre a população anfitriã a partir do contato com os visitantes, que permite um cosmopolitismo embutido de fora para dentro, que vai produzir resultados inenarráveis no âmbito das representações sociais, pois a viagem e o conhecimento do novo por meio do outro, exercício de alteridades distintas, também se dão entre a população local (Rodrigues, 2001).

Para Knafou (1999), pode existir território sem turismo assim como pode existir um turismo sem território; mas o que faz com que os territórios sejam considerados turísticos é a apropriação dele pelos turistas, pois um produto colocado no mercado é apenas um produto se não houver a presença dos turistas, assim como o planejamento do território é apenas o planejamento de um espaço no qual o turismo constitui o princípio da organização.

A apropriação dos territórios por turistas, transformando-os em territórios turísticos, foi abordada por Boullón ao analisar os corredores turísticos de traslado. Segundo ele:

Constituyen la red de carreteras y caminos de un país a través de los cuales se desplazan los flujos turísticos para cumplir con sus itinerarios. No cualquier ruta puede desempeñarse satisfactoriamente como corredor turístico, aunque en América latina en pocas ocasiones hay posibilidad de elegir, porque no es frecuente que exista más de una ruta para ir de un lugar a otro. Cuando ello es factible, se deben seleccionar las rutas que pasan por los mejores paisajes y, de ser posible, que cuenten con mayor distribución lineal de atractivos a lo largo de su recorrido. No importa que el camino por recorrer, a través de un corredor turístico, sea más largo que si se hubiera utilizado, por ejemplo, una supercarretera carente de cualidades paisajísticas, porque se supone que el mayor tiempo del viaje se compensa ampliamente por la posibilidad de disfrutar del trayecto conociendo nuevos paisajes(1997, p. 81).

Como exemplo dessa apropriação podemos citar o caso de Lages/SC que, por se localizar no entroncamento das BRs 116 e 282, soube aproveitar a sua localização recebendo diariamente um expressivo fluxo rodoviário com pessoas vindas principalmente de Curitiba em direção às serras gaúchas, que param para se alimentar ou até mesmo pernoitar, aproveitando a estrutura das fazendas e estâncias de criação de gado de corte, leiteiro e equinos na região serrana (Salles, 2003).

Outro exemplo é o município de Venda Nova do Imigrante/ES, localizado em uma posição geográfica privilegiada às margens da BR 262, próximo às maiores cidades do Estado, permitindo o crescimento da atividade turística. A rodovia BR 262 liga Belo Horizonte a Vitória e também ao litoral Sul do Espírito Santo, como Guarapari (Prefeitura..., 2013)

Turismo Rural no Brasil

O turismo rural é uma atividade de destaque na Europa, em países como Portugal, Itália, França, Alemanha, Espanha, Suécia, Áustria (na região do Tirol), Irlanda, Holanda e Alemanha.

No Brasil, o turismo rural começou em Lages/SC, conforme citado anteriormente. Grande parte dos empreendimentos brasileiros de turismo rural seguiu o modelo pronto europeu, embora também existam registros de ideias importadas dos Estados Unidos, principalmente influenciados pelo estilo *country* com seus laços e montaria. A experiência brasileira em turismo rural foi bem-sintetizada por Tülik, ao afirmar que:

Atualmente, pode-se dizer que, embora em escalas e estilos variáveis, o turismo rural está presente em todas as unidades da federação, apresentando-se distribuído de modo irregular, difuso e pontual, concentrando-se em núcleos mais atuantes no sul e no sudeste, em tipos que, de um modo geral, adaptaram-se às especificidades locais e regionais, decorrentes, sobretudo, da herança cultural (2010, p. 3).

A crescente expansão dessa modalidade pode estar relacionada à tendência de valorização da cultura chamada tradicional, um movimento *retrô*, em que a cultura rural está colonizando o espaço urbano, onde ocorrem os movimentos expressivos culturais e de lazer marcados pelos elementos do mundo rural. Além disso, a vida urbana, com suas fontes causadores de estresse, tem gerado valorização das amenidades rurais pelos cidadãos (Rodrigues, 2001). As cidades parecem aderir aos modismos *country*, principalmente os jovens, com bailes e shows que remetem à cultura interiorana (Silva; Vilarinho; Dale, 2000).

Na valorização da cultura “country” é simbólico o crescimento das festas de peões pelo interior brasileiro. A atividade de turismo rural também está se expandindo, o que se reflete no número ascendente de fazendas-hotéis e pousadas rurais. O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer. Na última década, milhares de pesque-pagues proliferaram pelo interior. Nestes, a produção de peixes propriamente dita não é a maior fonte de renda, mas sim os serviços prestados nos pesqueiros, visando populações urbanas de rendas média e baixa. Também observa-se a expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior do Brasil (Silva; Vilarinho; Dale, 2000, p. 166).

Também podemos citar como exemplo o grande número de cafés coloniais que surgiram nos espaços urbanos e que têm como atrativos produtos que remetem à gastronomia rural.

Em relação ao lazer local cresce também a proliferação dos sítios ou chácaras de recreio, como são conhecidas no interior de São Paulo. São áreas de terra, geralmente inferiores a dois hectares, destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana e que se localizam nas periferias dos centros urbanos, na orla marítima não intensamente povoada, locais próximos a lagos, rios, represas e florestas com fácil acesso pelas principais rodovias (Silva; Vilarinho; Dale, 2000).

Nos empreendimentos de turismo rural a inserção de atividades oferecidas aos turistas serve, em boa parte dos casos, para pagar apenas os custos das despesas e da manutenção dos estabelecimentos rurais. Muitas vezes, porém, os lucros derivados daquelas atividades superam as expectativas do produtor rural, que, nesses casos, acabam se dedicando, quase que exclusivamente, a estas atividades, como à criação de peixes, abelhas, pequenos animais, produção de hortaliças, plantas ornamentais, frutas, atividades de recreação e lazer.

Além das atividades relacionadas, existe também os empreendimentos referentes à cobrança de aluguel de chácaras de recreio para realização de festas e reuniões. Trata-se de uma atividade comercial de expressão em várias regiões do país. Costumam ofertar equipamentos como piscina, minicampos, churrasqueiras e utensílios domésticos. A procura aumenta no período de férias e final de ano devido às confraternizações de empresas, famílias e estudantes (Silva; Vilarinho; Dale, 2000).

Quando mencionamos o turismo rural devemos nos ater para o fato de que o crescimento da atividade, mais do que uma resposta a programas específicos de desenvolvimento turístico, é fruto de mudanças amplas da sociedade que levaram a alterações sobre sua percepção do meio rural. Essas mudanças resgataram discussões antigas sobre a relação entre o rural e o urbano, a partir de novas perspectivas que passam por temas como o surgimento dos neorurais, a urbanização do campo e até a industrialização da agricultura (Wanderley, 2000).

Nesse contexto, segundo Rodrigues (2001), “o elemento geográfico de localização da atividade turística deve ser interpretado não simplesmente como o rural em oposição ao urbano” (p. 103). Segundo a autora, é necessário considerar alguns fatores fundamentais, como o processo histórico de ocupação territorial, a estrutura fundiária, as características paisagísticas regionais, a estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas, as atividades econômicas atuais, as características da demanda e os tipos de empreendimentos.

Não se pretende aprofundar a discussão de conceitos relacionados à delimitação dos espaços, principalmente urbano e rural, mas destacar, em específico, que há diferenças entre os conceitos de turismo rural e turismo no meio rural. O turismo rural liga-se às atividades que são tipicamente rurais e agrárias. No turismo rural os visitantes podem realizar atividades como pesca, trilhas, participam das lidas rurais e das atividades culturais. Interação com o meio pelo contato com os moradores locais, buscando conhecer e consumir produtos com identidade territorial. As características dessa identidade podem servir como atrativo, formado por elementos endógenos de diferenciação dos espaços geográficos.

Por outro lado, o turismo no meio rural relaciona-se mais às atividades não rurais no espaço rural, que, de acordo com Tulik, “as múltiplas manifestações do turismo no espaço rural nem sempre estão relacionadas ao ambiente rural, do qual depende o turismo rural propriamente dito e pelo qual se justifica a sua denominação” (2010, p. 9).

Território e Turismo Rural: riscos e potencialidades

O turismo rural é um agente capaz de impactar o território, principalmente ao gerar a possibilidade de incorporação de outras fontes de renda alternativas para o pequeno produtor rural. Os recursos podem ser apropriados pelo produtor, e também por agentes privados e entes públicos que passam a promover investimentos que transformam os territórios. O turismo, portanto, “é agente de produção/transformação e consumo do espaço” (Candiotto, 2010, p. 16).

Essa atividade envolve outros espaços “turísticos” por meio de redes de ligação, emissivas ou receptivas, posto que o turismo está presente em outros territórios. Assim, “alguns lugares turísticos estão muito mais fortemente unidos a outros geograficamente distantes do que a lugares de sua vizinhança” (Cruz, 2007, p. 33). Por intermédio das redes de relações

dos grupos entre si e entre grupos de outros territórios, a comunidade e a demanda turística estão em constante movimento, influenciando os atores envolvidos e promovendo a interação dessas diferentes culturas.

Os territórios recebem fluxo de turistas, os quais, por sua vez, estabelecem relações, podendo causar diferentes impactos. A minimização dos impactos é o grande desafio estudado por diferentes áreas do conhecimento. Na área do turismo, muitos especialistas acreditam na possibilidade da sustentabilidade econômica e sociocultural do turismo. Para Ruschmann (2000), no que se refere ao espaço rural:

Com o turismo rural, a proteção da originalidade desses meios dependerá do tipo de desenvolvimento proposto para a área, que só será sustentável se for voltado para a valorização do homem do campo, para sua autenticidade e para a estabilidade ecológica do meio rural. Os investimentos deverão manter as paisagens intactas, estimular uma estrutura social sadia nas comunidades, promover uma excelente qualidade de vida e de repouso para os visitantes e estimular o potencial da valorização econômica no meio rural (p. 72).

A ideia de que a atividade de turismo apresenta poucos impactos socioambientais e gera empregos e renda para a população local, é dominante entre os que têm interesses empresariais ligados ao turismo. Concordamos que a promoção da qualidade de vida e repouso dos turistas é importante, mas é necessário melhorar a qualidade de vida nas comunidades, valorizando não só os aspectos econômicos no meio rural, mas também os socioculturais, como foi defendido pela autora. Discordamos, no entanto, da afirmação da autora ao se referir à defesa da manutenção de “paisagens intactas” como elemento decisivo para resguardar a autenticidade dos empreendimentos de turismo rural. Acreditamos que é muito difícil criar empreendimentos sem um mínimo de alteração; por exemplo, na infraestrutura do entorno dos estabelecimentos turísticos. Nesse caso, melhorias de condições estruturais podem significar melhoria de vida da população comunitária, ao

mesmo tempo em que permite boas condições para recebimento dos turistas. O importante é que os impactos não descaracterizem o padrão tipicamente rural dos empreendimentos como foi defendido por Ruschmann (2000).

De qualquer forma, entendemos que há certo otimismo exagerado no argumento dessa autora. Por isso, não é raro que geógrafos e outros especialistas em ciências humanas critiquem este posicionamento. Para o geógrafo Candiotto, “esse otimismo é relativo, pois o turismo desencadeia diversas transformações espaciais e territoriais que, geralmente, trazem mais problemas do que benefícios para as comunidades residentes” (2010, p. 17). Para o autor:

A partir da apreensão dos principais impactos negativos de tal atividade, geógrafos e outros pesquisadores vêm refletindo acerca de “alternativas” ao atual modelo de desenvolvimento turístico. Consideramos relevante e pertinente a preocupação de geógrafos em relação a práticas de turismo que respeitem as culturas e os ecossistemas locais bem como ao aumento de estudos e pesquisas sobre suas implicações socioespaciais. Existem, contudo, diversas pesquisas que apresentam uma visão romântica do turismo, ao vê-lo como a grande saída para a estagnação econômica e acreditar que basta planejamento e vontade política para minimizar ou até solucionar os problemas. Entendemos que, antes de promover o turismo, é preciso analisá-lo de forma crítica, constatando empiricamente suas implicações socioespaciais e relacionando-as ao debate teórico (Candiotto, 2010, p. 17).

Nesse sentido, para a introdução da atividade de turismo em determinado espaço é necessário estudar os impactos territoriais que a atividade turística causará, sejam impactos positivos ou negativos, nas diversas dimensões sociais da vida comunitária: econômica, social e cultural. Para o estudo dos impactos deve-se observar experiências da introdução do turismo em outros territórios, levando-se em consideração que os territórios se diferenciam uns dos outros de acordo com os elementos endógenos. Os elementos endógenos são os elementos únicos que distinguem os potenciais repre-

sentativos da cultura local – os bens materiais e imateriais – que formam a identidade local, que, no turismo rural, são transformados em produtos de comercialização turística.

Os impactos negativos dos projetos turísticos lembram que qualquer ação humana envolve riscos, que, abordados a partir de uma perspectiva sociológica, remetem-nos à Giddens, quando analisa os resultados da modernidade sobre a vida das pessoas. Para Giddens:

Perigo e risco estão intimamente relacionados, mas não são a mesma coisa. A diferença não reside em se um indivíduo pesa ou não conscientemente as alternativas ao contemplar ou assumir uma linha de ação específica. O que o risco pressupõe é precisamente o perigo (não necessariamente a consciência do perigo). Uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo, onde o perigo é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados. Qualquer um que assume um “risco calculado” está consciente da ameaça ou ameaças que uma linha de ação específica pode pôr em jogo (Giddens, 1991, p. 42).

É possível, portanto, que os indivíduos assumam ações ou estejam sujeitos a situações que são inerentemente arriscadas sem terem consciência do quanto estão se arriscando. Segundo ele, “risco e confiança se entrelaçam, a confiança normalmente servindo para reduzir ou minimizar os perigos aos quais estão sujeitos tipos específicos de atividade” (Giddens, 1991, p. 42). O contrário de confiança é, naturalmente, a desconfiança, e quando uma instituição pública ou privada aborda um produtor rural, ou quando, por iniciativa do próprio produtor, procura-se uma instituição de empreendimento de turismo rural, fazem-se presentes sentimentos que podem ser marcados por confiança e desconfiança. Afinal de contas, o produtor sabe que sofrerá impactos em sua vida, mas não é possível, antecipadamente, mesmo com assessoria de peritos sobre o assunto, ter certeza sobre o nível desses impactos. Faz-se presente, então, a desconfiança, que, para Giddens:

O termo “desconfiança” se aplica mais facilmente quando falamos da relação de um agente com um sistema, indivíduo ou tipo de indivíduo específico. No que toca aos sistemas abstratos, desconfiança significa ser cético a respeito ou ter uma atitude ativamente negativa para com as reivindicações de perícia que o sistema incorpora (1991, p. 102).

No caso dos empreendimentos turísticos que podem ser assumidos por simples produtores rurais, “o sistema abstrato” que se impõe sobre eles é aquele que está sob o domínio dos técnicos que trabalham no segmento de organização de empreendimentos turísticos. O produtor não domina tudo o que envolve este sistema, portanto, usando o argumento de Giddens (1991), pode apresentar desconfiança, tornando-se “cético a respeito ou ter uma atitude ativamente negativa para com as reivindicações de perícia que o sistema incorpora”.

Giddens define como sistemas abstratos algo que podemos ou não controlar. No caso de um projeto turístico, não se pode controlar com segurança o fluxo suficiente de visitantes. O medo da falta de turistas gera insegurança a respeito da possibilidade do cumprimento dos prazos de pagamento dos financiamentos disponíveis, por exemplo. A desconfiança dos produtores também se relaciona a outros tipos de riscos, como a interferência que um projeto assumido pode provocar sobre o seu modo tradicional de vida, como o apego à rotina. Para Giddens, “a previsibilidade das rotinas (aparentemente) sem importância da vida cotidiana está profundamente envolvida com um sentimento de segurança psicológica” (Giddens, 1991, p. 100). Acostumados com os afazeres rurais, quando há alteração na rotina com a inserção de uma nova atividade como turismo no meio rural, os agricultores sentem essa alteração. Por qualquer razão a ansiedade expande e mesmo aspectos muito inabalavelmente alicerçados da personalidade do indivíduo podem ser alterados. Para Giddens:

O apego à rotina é sempre ambivalente, sendo isto uma expressão daqueles sentimentos de perda que, [...] são inevitavelmente uma parte da confiança básica. A rotina é psicologicamente relaxante, mas num

sentimento importante ela não é algo *a respeito do qual* se possa estar relaxado. A continuidade das rotinas da vida diária só é conseguida através da vigilância constante das partes envolvidas – embora isto seja quase sempre realizado por uma consciência prática. A demonstração desta renovação contínua do “contrato” que os indivíduos assumem uns com os outros [...]. Essas experiências representam graficamente distúrbios emocionais causados até mesmo por aspectos aparentemente inconsequentes da fala comum. O resultado é uma suspensão da confiança no outro enquanto agente fidedigno e competente, e um transbordamento de ansiedade existencial que assume a forma de sentimentos de mágoa, perplexidade e traição, junto com suspeita e hostilidade (1991, p. 101).

A ansiedade existencial que a atividade até então desconhecida gera nos indivíduos, altera os ânimos e a confiança depositada nos agentes, nos órgãos de fomento da atividade turística, no poder público ou nas demais propriedades envolvidas num mesmo roteiro. Como exemplo, ocasiona o individualismo apontado pelos proprietários rurais como problema em municípios na microrregião de Ponta Grossa, no Paraná (Kloster, 2013). Nessa pesquisa foi perguntado aos produtores rurais de Witmarsum – colônia alemã do município de Palmeira-PR – sobre quais os problemas para o crescimento da atividade de turismo rural local, e todos afirmaram ser o individualismo e a falta de crença nos órgãos de fomento. Já no município de Carambeí-PR foi detectada a preocupação com a mudança na rotina causada pelo excesso de turistas, que pode ocasionar mais problemas do que benefícios a determinadas propriedades rurais.

O conhecimento sobre a atividade de turismo e o interesse pela atividade são dois caminhos diferentes. O conhecimento envolve perícia e estudos dos caminhos para o desenvolvimento da atividade na propriedade rural e, conseqüentemente, em cada município. O interesse é o despertar para uma nova atividade econômica criando expectativa de geração de benefícios. O conhecimento sobre a atividade e os projetos existentes acende a confiança. Assim, o interesse pela atividade de turismo sem conhecimento gera dependência passiva, tendo como exemplo, na mesma pesquisa, na

pergunta sobre quais as debilidades, “a falta de uma liderança”. O sucesso no desenvolvimento da atividade vai depender do interesse de cada indivíduo envolvido.

Considerações Finais

As discussões sobre o processo de modernização da agricultura destacam que o modelo favoreceu a agricultura empresarial em detrimento da agricultura familiar. Na década de 90, no entanto, verificou-se um processo de revalorização da agricultura familiar que resultou em políticas públicas de programas e projetos voltados para a diversificação da agricultura familiar. Entre eles destacam-se o Pronaf, PAA, PNAE e os territórios rurais e de cidadania. Nesse contexto, o turismo torna-se alternativa para os agricultores familiares.

O turismo rural em projetos de desenvolvimento territorial abriu campo teórico e conceitual de interface com a Geografia. No artigo, buscou-se relacionar a questão da territorialização do turismo com os conceitos de lugar e território, optando-se por concluir que o turismo gera transformações que levam a classificar os espaços dos projetos em territórios turísticos. Esses espaços são resultados da turistificação do território.

Na verdade, o território turístico, ao se formar, corresponde a uma apropriação do espaço de vida e das relações nele existentes. Neste ponto, percebe-se a criação de incertezas que atingem os agricultores que são os sujeitos dos projetos. Essas incertezas são riscos que aparecem relacionados aos aspectos econômicos e materiais. Os aspectos econômicos são incertezas quanto ao sucesso do empreendimento, dificuldades de financiamento, dúvidas quanto ao volume de visitantes, entre outros; em termos culturais, a mudança na rotina, as transformações de vida, etc.

Dessa forma, o artigo procurou demonstrar a complexidade territorial que envolve os processos de territorialização do turismo e que devem ser considerados pelos planejadores econômicos que buscam executar projetos nessa área. Assim, há uma consciência quase intuitiva de que o turismo é capaz de modificar o território de vida destes sujeitos. Torna-se, portanto, fundamental refletir sobre os rumos que os projetos turísticos podem imprimir aos territórios, para que os sujeitos envolvidos procurem entender melhor os riscos envolvidos e também as potencialidades que podem promover transformações que levem à melhoria do nível de vida das famílias, preservando-se seus modos de vida e valorizando as identidades por eles cultivadas.

Há caminhos a serem percorridos por futuras pesquisas, partindo-se dos conceitos discutidos neste texto, como o de lugar, território e de riscos, conforme a sociologia giddensiana. Os conceitos de lugar e de riscos centram-se nos sujeitos envolvidos e abrem possibilidades ricas de pesquisas qualitativas que busquem desvelar os sentimentos e angústias dos produtores rurais para os quais são voltados os projetos de turismo rural. Nesta perspectiva, também se pode abordar as razões dos agentes públicos e privados que mostram interesse pela atividade. O conceito de território ressalta os conflitos e interesses que se misturam nos contextos nos quais os projetos são propostos, destacando principalmente as relações de poder que se vinculam às ações que se apresentam relacionadas à lógica do mercado ou da política. Nesse caso, são os interesses do capital, da sociedade e do Estado, que se misturam num contexto complexo, que as pesquisas acadêmicas podem ajudar a compreender.

Referências

ALMEIDA, M. G. A sedução do turismo no espaço rural: das naturezas e políticas. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, SP: Manole, 2010.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. *Desafio para o desenvolvimento das regiões rurais*. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, p. 35-70, set./dez. 2004.

BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

BOULLÓN, R. C. *Planificación del espacio turístico*. 3. ed. México: Trilas, 1997.

CAMARGO, L. H. R. *A ruptura do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

CANDIOTTO, L. Z. P. *Circuito italiano de turismo rural, Colombo – PR: gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais*. 2010. 380p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Edunioeste, Cascavel, 2010.

CRUZ, R. C. A. da. *Geografias do turismo de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo, SP: Roca, 2007.

CUNHA, L. A.; HORNES, K. Geografia agrária 2. Ponta Grossa, PR: UEPG; Nu-tead, 2010.

GOMEZ, J. R.; FÁVARO, J. L. Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial rural realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 122, p. 39-69, jan./jun. 2012.

GUIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

KLOSTER, S. *Riscos e potencialidades da atividade de turismo rural na microrregião de Ponta Grossa/PR*. 2013. Disponível em http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_arquivos/5/TDE-2013-05-07T185520Z-713/Publico/Silvana%20Kloster.pdf

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOUREIRO, K. *Neoliberalismo e questão agrária*: as consequências para o campo brasileiro. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/klitia4.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

MASSEY, D. *Pelo espaço*: uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: PREFEITURA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES. 2013. *Informações referentes à cidade e ao agroturismo*. Disponível em: <<http://vendanova.es.gov.br/website/site/Index.aspx>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil, ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHMANN, D. Van de M. O turismo e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. et al. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SALLES, M. M. *Turismo rural*: inventário turístico no meio rural. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia de territorialidades e das temporalidades*: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. et al. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, SP: Manole, 2010.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 15, p. 87-145, out. 2000.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. *Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ; CPDA, n. 8, p. 25-50, abr. 1997.

Recebido em: 25/11/2013

Acceto em: 24/1/2014